



**Presidência da República  
Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

**Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA**

**Ata da 179ª Reunião Ordinária**

**11 e 12 de novembro de 2009**

1 Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e nove, às 14 horas, na Interlegis, na  
2 Avenida N-2, Anexo E do Senado Federal, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília,  
3 foi realizada a centésima septuagésima nona Reunião Ordinária do Conselho Nacional  
4 dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, sob a Presidência da  
5 **presidente** Carmen Silveira de Oliveira e com a presença dos seguintes e com a  
6 presença dos seguintes **Conselheiros:** *Representantes Governamentais Titulares:*  
7 Ivanildo Tajra Franzosi – Casa Civil; Francisco Antonio de Sousa Brito – titular/MDS;  
8 Danielle Firminiano dos Santos Gruneich – Ministério do Esporte. *Representantes de*  
9 *Órgãos Não Governamentais:* Miriam Maria José dos Santos – Inspetoria São João  
10 Bosco Salesianos; Fábio Feitosa da Silva – UBEE; Raimunda Núbia Lopes da Silva –  
11 CUT; Andréa Franzini – CNBB, Pastoral do Menor; Helen Crystine Corrêa Sanches –  
12 ABMP; Maria Julia Rosa Chaves Deptulski – Movimento Nacional de Meninos e  
13 Meninas de Rua; Ariel de Castro Alves – Movimento Nacional de Direitos Humanos;  
14 Maristela Cizeski – Pastoral da Criança/CNBB; Tiana Sento Sé – IBISS; Andréa  
15 Aparecida Nezio Paixão – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços,  
16 Sérgio Eduardo Marques Rocha, Aldeias Infantis; Glícia Thais Salmeron de Miranda –  
17 OAB; Djalma Costa – ANCED; Fábio Feitosa da Silva – UBEE e Carlos Eduardo Nery  
18 Paes – Sociedade Brasileira de Pediatria. **Item I - Abertura e Informes** - A plenária foi  
19 aberta destacando o aniversário do Fórum PETI - Fórum Nacional de Erradicação do  
20 Trabalho Infantil. Na seqüência abriu-se para informes. O conselheiro **Fábio** informou  
21 sobre a votação da tipificação da rede sócio-assistencial, em pauta na reunião do  
22 CNAS. Foi salientado que a presidente do CNAS, Márcia Pinheiro, havia recebido a  
23 informação de que o CONANDA não havia sido chamado para contribuir nos debates  
24 sobre o tema. A resposta da presidente do CNAS foi de que o processo já havia sido  
25 amplamente discutido com consulta pública, pactuações com diferentes níveis  
26 governamentais e não governamentais, e que a elaboração do documento estava em

27 sintonia com o Plano Nacional de Convivência Comunitária. Houve discussão sobre  
28 este tema. Houve o encaminhamento para a Comissão de Políticas Públicas analisasse  
29 a situação, fizesse a leitura do documento em plenário e procedesse a aprovação. A  
30 conselheira **Mirian** informou que o CONANDA recebeu um comunicado do Ministro do  
31 Trabalho e Emprego convocando o Conselho para o Fórum Nacional de Aprendizagem  
32 que acontecerá no dia oito de dezembro, coincidindo com a Conferência. Disse que foi  
33 encaminhado ao ministro, um ofício informando sobre a realização da Conferência e  
34 que, por este motivo, o ministro adiou o Fórum, a pedido do CONANDA, para o dia  
35 quinze. A conselheira **Carmen** informou que ela e o conselheiro Bené haviam recebido  
36 um prêmio Inovação Tecnológica 2009, concedido pelo FINEP - ligado ao Ministério de  
37 Ciência e Tecnologia, com um projeto de enfrentamento a exploração sexual. **Item II -**  
38 **Discussão e votação da Resolução** - Com a palavra a conselheira **Maristela**  
39 ressaltou a força tarefa feita pela Comissão de Direitos Humanos para trabalhar no  
40 documento. Em seguida detalhou o texto. Foram discutidas apenas as inclusões  
41 sugeridas e enviadas pelos conselheiros. Na sequência passou-se para amplo debate  
42 para esclarecimentos, sugestões, votação e aprovação de cada item. Por fim, pelo  
43 adiantar da hora, o debate foi interrompido e os trabalhos do dia encerrados.

## 44 **2º Dia**

45 Após a verificação de quórum, os trabalhos do dia foram abertos com a condução da  
46 presidente **Carmem**. **Item III - Encaminhamentos da Oitava Conferência** - Com a  
47 palavra, a coordenadora da Comissão da Conferência, conselheira **Julia** registrou que,  
48 na assembléia passada, foi encaminhado para todos os conselheiros, via e-mail, a  
49 proposta de regimento interno da Conferência e que havia sido dado um prazo para  
50 que os conselheiros dessem as suas contribuições. Informou que a comissão  
51 encaminharia para todos os estados, no dia seguinte, o regimento interno, para tanto o  
52 mesmo deveria ser aprovado naquele momento. Explicou que o envio tinha o intuito de  
53 que as delegações fizessem uma leitura do regimento e encaminhassem, se fosse o  
54 caso, destaques, sugestões e propostas. Informou sobre a realização de reunião, no  
55 dia sete de dezembro, com todos os presidentes e vice-presidente dos conselhos  
56 estaduais, ou seus representantes e com a participação de cinquenta e quatro  
57 adolescentes, dois representantes por estado. Em seguida apresentou detalhes da  
58 programação. Destacando a inauguração da “Cidade dos Direitos”, com a presença de  
59 autoridades e convidados como o representante da Confederação Nacional dos

60 Municípios, da Frente Nacional dos Prefeitos, o governador Arruda, dois adolescentes,  
61 um executivo federal, um distrital e um municipal, um representante do presidente da  
62 República, e a presidente e o vice-presidente do CONANDA. Em seguida apresentou o  
63 balanço com os palestrantes confirmados. Logo após, explicou que o conselheiro Bené  
64 estava responsável pelo plano de comunicação da Conferência, junto com a ASCOM e  
65 que haveria, naquele dia, uma reunião para tratar do tema na SEDH. Informou que o  
66 Manual de participante da conferência será impresso pelo MDS. Detalhou a  
67 composição do kit para os participantes, ressaltando que na bolsa, na camiseta, no  
68 boné, nos certificados e nos sinalizadores só entrará a referência aos realizadores; e  
69 que nos estandes, banners e material impresso constará ainda a referência aos  
70 apoiadores. Comentou ainda sobre as modificações na bolsa dos participantes.  
71 Detalhou a divisão dos estandes, sendo dois do governo cedido aos ministérios, e os  
72 outros dois dos fóruns e comitês do CONANDA. Foram apresentados os apoiadores do  
73 evento. Foi solicitado que se constasse em ata o fato de os ministérios convidados, via  
74 ofício, não terem respondido ao CONANDA. Mencionou o fato de estarem preparando  
75 almoço para cerca de quinhentas pessoas no dia sete, tendo em vista que muitas  
76 delegações chegarão de ônibus em cima da hora. Foi detalhado o plano de  
77 hospedagem. Foi sugerido que a plenária do Conselho acontecesse nos dias seguintes  
78 à Conferência, e não uma semana depois. Falou ainda das propostas de  
79 apresentações culturais na Cidade dos Direitos, com o convite ao Ministério da Cultura,  
80 do Turismo, do boi de Parintins e UFA do DF. Em seguida detalhou o orçamento para a  
81 cidade dos direitos, com valor aprovado pelo CONANDA de quinhentos e dezesseis mil  
82 reais, saindo do orçamento geral da conferência que era de cinco milhões de reais.  
83 Disse que o total do custo da cidade dos direitos era de um milhão, seiscentos e  
84 noventa e dois mil, seiscentos e quatro reais. Haveria o repasse ainda de cem mil reais  
85 do Ministério da Saúde, cento e sessenta e quatro mil e oitocentos do Ministério da  
86 Educação - que ainda não havia confirmado -, finalizando com déficit de oitocentos mil  
87 e trezentos e quatro reais. Ressaltou que o MDS estava entrando com apoio na  
88 confecção das agendas, cartazes e manual do participante. Em seguida, abriu-se para  
89 debate, colocações e sugestões por parte dos conselheiros. Na sequência, foi debatida  
90 a questão dos convidados por parte do Conselho e os critérios de definição de vagas  
91 para participação. Ressaltou que estavam reservadas cinquenta e seis vagas para os  
92 conselheiros titulares e suplentes do CONANDA. Informou que os conselheiros do  
93 CONANDA ficariam todos hospedados no mesmo hotel, a fim de facilitar o contato caso  
94 haja necessidade de realizar alguma reunião de urgência. Sobre a questão das

95 solicitações de alguns estados para alteração em termos de troca de categoria, a  
96 proposta apresentada foi a de que o Conselho não permitisse a troca, conforme já  
97 deliberado em outra ocasião. Colocada em votação, a proposta de que a orientação  
98 anterior permanecia, foi aprovada. Por fim a conselheira propôs que a plenária votasse  
99 naquele momento todos os encaminhamentos apresentados pela Comissão da  
100 Conferência e que o colegiado deliberasse no sentido de autorizar que a comissão  
101 pudesse decidir, a partir daquele momento, sobre quaisquer demandas posteriores,  
102 haja vista que não haveria mais tempo hábil para discussão com todos os membros do  
103 conselho. Passou-se para votação da proposta. Foi aprovado por unanimidade. **Item**  
104 **IV - Apresentação do UNICEF sobre as Plataformas** - Com a palavra, o Dr. **Mário**  
105 **Volpe**, do UNICEF, iniciou sua apresentação agradecendo a oportunidade concedida  
106 pelo CONANDA. Destacou que o UNICEF estava em um momento de revisão do seu  
107 programa de cooperação no país. Informou que no dia vinte e quatro de novembro  
108 teriam uma reunião em Brasília com parceiros para identificar as contribuições que o  
109 UNICEF poderia realizar no sentido de avançar na construção do plano decenal e  
110 unificar as políticas em torno dos direitos da criança. Fez um resumo da história da  
111 instituição e de sua atuação internacional. Quanto ao programa, disse que estavam  
112 identificadas três plataformas em três territórios: o semi-árido do brasileiro, a Amazônia  
113 e os grandes centros urbanos. Apontou para o fato de que, na Amazônia legal, estão  
114 nove milhões de crianças e adolescentes em setecentos e cinquenta municípios; no  
115 semi-árido treze milhões; e nos centros urbanos, outros nove milhões. Comentou sobre  
116 os oito objetivos de desenvolvimento do Milênio, com um pacto, em dois mil e seis, com  
117 o comprometimento do Presidente da República, onze ministérios, onze governos  
118 estaduais, seno nove do nordeste mais o Espírito Santos e Minas Gerais, que  
119 assinaram o termo de compromisso de desenvolver políticas para infância naquelas  
120 regiões. Explicou que havia sido formado um comitê nacional com a participação dos  
121 governos federal e estaduais, da sociedade civil, da frente parlamentar de  
122 organizações sindicais e o terceiro setor. Detalhou sobre a implantação do selo do  
123 UNICEF objetivando verificar se o município estava comprometido com o pacto e  
124 discorreu sobre os indicadores para os municípios e as experiências internacionais que  
125 podiam ser utilizadas pelo Brasil. Abriu-se para debate. A conselheira **Rosileia** sugeriu  
126 que fosse incluído nos indicadores do “grito” a questão de gênero, raça e etnia. A  
127 conselheira **Cristina**, na mesma linha, sugeriu a verificação da questão da orientação  
128 sexual que tem sido motivo de discriminação e de exclusão para com os adolescentes  
129 que assumem a sua orientação sexual. O conselheiro **André** indagou sobre que ações

130 poderiam ser desenvolvidas no sentido de incentivar a rede do controle social. A  
131 conselheira **Cícera** sugeriu verificar e incluir o indicador sobre trabalho infantil. Foi  
132 salientado que no CONANDA havia um comitê para gestão de assuntos referentes ao  
133 semi-árido, que estava desativado. Sugeriu que seria um bom momento para reativar o  
134 núcleo. A conselheira **Malu** solicitou um maior envolvimento do Conselho naquelas  
135 ações apresentadas pelo convidado no sentido de cooperar com as ações e com o  
136 trabalho. A conselheira **Rosileia** sugeriu encaminhar a composição do núcleo executivo  
137 e que estivessem presentes na reunião mencionada pelo convidado, no dia vinte e quatro  
138 um representante da comissão e um representante oficial do CONANDA. Sugeriu que  
139 um dos representantes fosse a conselheira Malu. A proposta foi aprovada. Por fim,  
140 novamente com a palavra o Dr. **Mário Volpe** comentou algumas questões  
141 mencionadas pelos conselheiros, agradeceu a oportunidade e cumprimentou o  
142 CONANDA pela coragem de enfrentar as questões do plano decenal e a participação  
143 dos adolescentes. Na sequência, os trabalhos da parte da manhã foram encerrados.  
144 **Período da Tarde** - Os trabalhos do período da tarde foram iniciados com **Informes**. A  
145 conselheira **Julia** solicitou ajuda financeira dos conselheiros para efetuar o pagamento  
146 da placa de homenagem ao Fórum Nacional PET, vez que não era possível o  
147 pagamento institucionalmente. O conselheiro **André** informou sobre a realização, em  
148 seu município, da quinta edição da Feira do Estatuto da Criança e Adolescente. Fez o  
149 convite oficial para a presidência do CONADE e para a representante do MEC. A  
150 conselheira **Cristina** informou que a CEPIR publicou edital sobre o projeto “Faro -  
151 Oportunidade em Ação”, relacionado a projetos voltados para adolescentes na faixa  
152 etária de quinze a vinte e nove anos em situação de vulnerabilidade social ou  
153 cumprindo medidas sócio-educativas e egressos de presídios. Disse que foram  
154 recebidas cento e sessenta e três propostas, das quais, vinte e quatro foram  
155 selecionadas. A conselheira **Ana Angélica** justificou a ausência do Ministério da  
156 Saúde, vez que a conselheira e a suplente estavam em um importante evento no Rio  
157 de Janeiro sobre a definição de fluxo do atendimento de saúde mental para o  
158 adolescente em privação de liberdade. **Aprovação da Ata**: Como havia alguns ajustes  
159 na ata da assembléia do mês de outubro, foi aprovada a proposta de encaminhá-la aos  
160 conselheiros, via e-mail, para correções, com prazo de devolução com considerações  
161 até o dia vinte e cinco de novembro. **Item V - Relato das Comissões - Comissão de**  
162 **Políticas Públicas** – O coordenador ressaltou que a comissão havia separado alguns  
163 pontos emergenciais que precisariam ser encaminhados naquela plenária. Sobre a  
164 questão da tipificação dos serviços sócio-assistenciais, sugeriu que a coordenadora da

165 comissão entrasse em contato com o CNAS para verificar o andamento da discussão.  
166 Outro ponto, inclusive discutido na assembléia anterior, era o da discussão trazida pelo  
167 MEC de monitorar, discutir, avaliar a situação da frequência, evasão e presença dos  
168 filhos das famílias do programa Bolsa Família, em conjunto com o CONANDA. Disse  
169 que houve um debate da comissão junto com o MEC e, como resultado, havia a  
170 proposta concreta de melhorar o banco de dados no sentido de criar alguns indicadores  
171 mais específicos e outra questão seria sobre a proposta do CONANDA de incluir um  
172 novo item no questionário do Censo Escolar aplicado às escolas, a critério do  
173 CONANDA. Abriu-se para posicionamento dos conselheiros. A conselheira **Mirian**  
174 explicou que a pergunta seria no sentido de saber se a escola estava acionando o  
175 Conselho Tutelar e porque motivos. Foi esclarecido que seria encaminhada a pergunta  
176 com liberdade para o MEC proceder a pequenos ajustes. Após discussão, a proposta  
177 foi aprovada. O próximo ponto foi acerca com a relação com o CNJ. Disse que naquela  
178 semana havia saído a decisão do CNJ deixando a critério dos tribunais dos estados e  
179 dos juízes a competência para deliberar sobre o toque de recolher. Afirmou que havia a  
180 necessidade de pauta o assunto no CONANDA. Outro assunto era a implantação de  
181 agenda em conjunto com o CNJ, com a realização de reuniões para tratar de temas  
182 como o levantamento da execução no caso dos adolescentes que cumprem medidas  
183 em meio aberto na justiça, vez que alguns cumpriam em Tribunais, outros em órgãos.  
184 Foi sugerido que se encaminhasse ofício solicitando agenda e que posteriormente, mas  
185 antes da reunião com o CNJ, fossem definidos os pontos da pauta. A proposta foi  
186 aprovada. Sobre os encaminhamentos após a oficina do SINASE, a sugestão era  
187 regulamentar os recursos humanos do sistema sócio-educativo de privação de  
188 liberdade e a criação de um GT encarregado de elaborar uma minuta de resolução,  
189 inclusive com a contribuição dos atores do sistema de segurança envolvidos. Sobre a  
190 realização das oficinas por ocasião dos encontros nos Conselhos Estaduais para  
191 diagnóstico, análise e posicionamento dos planos estaduais e atendimentos sócio-  
192 educativos, a proposta era a realização de uma reunião no mês de agosto. Outra  
193 discussão foi a estruturação de um plano de formação, a partir das escolas, com  
194 instalação de uma direção nacional. Para esse ponto havia ainda a necessidade de  
195 melhor posicionamento do CONANDA em relação a questão da justiça restaurativa.  
196 Outro ponto foi o de encontrar outros meios para fortalecer o monitoramento e o  
197 andamento das medidas. Seria o Censo CREAS. A proposta era realizar uma reunião  
198 com o MDS pautando levantamento de dados e monitoramento. Abriu-se para  
199 posicionamento dos conselheiros e debate. Foi sugerida a criação de uma comissão

200 interministerial para tratar do assunto. Por fim, a proposta de realização da oficina  
201 sobre atendimento sócio-educativo na plenária de agosto com os conselhos estaduais  
202 foi aprovada. A proposta de discutir na primeira assembléia de dois mil e dez o tema  
203 justiça restaurativa também foi aprovada. Foi retomada a questão do toque de recolher.

204 **Comissão de Direitos Humanos e Relação Parlamentar** – Foi lembrada a renúncia  
205 da coordenação da comissão pela conselheira Daniela por parte do governo, colocando  
206 o cargo à disposição da sociedade civil. Por questão regimental, solicitou que a  
207 plenária definisse a nova coordenação, a relatoria e a composição, vez que a  
208 composição paritária não estava sendo observada. A **presidente** encaminhou para que  
209 o assunto fosse debatido antes na mesa diretora para ser apreciado pela plenária na  
210 próxima assembléia. Foi aprovado que a conselheira Malu assumisse a coordenação  
211 da comissão interinamente para cuidar das pautas urgentes, até que a decisão final  
212 fosse tomada. Foi contestada a divisão atual nas comissões que não estava seguindo o  
213 preceito da paridade. Como o debate era longo, foi sugerido que a discussão fosse  
214 feita na próxima oportunidade. A conselheira **Cícera Moraes** ressaltou que a renúncia  
215 era pessoal, mas que deveria ser comunicada ao menos aos colegas do segmento.  
216 Disse que naquele caso específico, minimamente os governamentais podiam ter tido,  
217 antecipadamente, conhecimento do desejo de renúncia. Classificou como uma prática  
218 saudável naquele que é um espaço destinado ao debate. **Comissão de Orçamento e**  
219 **Finanças** – Foram apresentados os pontos discutidos destacando a excelente  
220 produtividade verificada na reunião da comissão na manhã do dia anterior. Com a  
221 palavra, a conselheira **Daniela** destacou que, por causa das olimpíadas, o esporte vai  
222 ter mais presença e força na agenda nacional. Disse que apresentaria detalhes do  
223 projeto do Ministério do Esporte na plenária de dezembro. Em seguida distribuiu cartaz  
224 sobre o programa Segundo Tempo e material de apoio. Iniciou a apresentação da  
225 comissão de chancela informando que sete propostas haviam sido deliberadas.  
226 Detalhou cada uma delas. Abriu-se para debate e esclarecimentos. Em seguida, os  
227 projetos detalhados: “Esporticando”, “Bola de Cristal”, “É assim que se faz”, “Esporte  
228 Cidadão”, “Esportes Cidadania”, “Futebol e Recreação”, “Jogando e Brincando para a  
229 Cidadania”, “Jogos Franciscanos da Juventude” e projeto “Nas ondas dos Esportes”,  
230 foram aprovados. A **presidente** solicitou que a comissão de chancela apresentasse,  
231 logo no início de dois mil e dez, uma avaliação das parcerias realizadas ao longo do  
232 ano. **Aprovação do Edital 2010** - Com a palavra, o conselheiro **Bené** apresentou os  
233 principais pontos de debate do edital. Explicou que a proposta era produzir o edital em  
234 antecipadamente e aprová-lo em dezembro, vez que o ano que vem era ano eleitoral,

235 existindo um limite de tempo apertado para execução orçamentária, indo até o meio do  
236 ano para os órgãos públicos. Relatou que a comissão transformou o PELOUA,  
237 aprovado pelo CONANDA, em um edital. Apresentou as linhas de financiamento para  
238 cada um dos programas. Apresentou os prazos de trâmite: análise - da primeira  
239 semana de dezembro até o dia doze de fevereiro; aprovação - entre doze de fevereiro  
240 a sete de março; e publicação - em março. Abriu-se para debate e esclarecimentos de  
241 dúvidas dos conselheiros. O conselheiro **André** solicitou que a assinatura dos  
242 convênios tivesse maior clareza, vez que o acompanhamento via SINCOV (?) era  
243 confuso, como no momento em que os recursos eram desembolsados. Após  
244 esclarecimentos o edital foi posto em votação. Foi aprovado com ressalvas. Na  
245 sequência, o conselheiro **Bené** explicou detalhes sobre o convênio com o Banco do  
246 Brasil. Detalhou o trâmite e os valores. Após os detalhamentos a questão dos projetos  
247 do Banco do Brasil foi colocada em votação. Aprovada. No entanto, houve a solicitação  
248 de que a secretaria executiva fizesse o levantamento de informações complementares  
249 para que o plenário pudesse efetuar os encaminhamentos devidos. O prazo foi definido  
250 em uma semana. Com relação aos projetos apresentados no SGD, com as ressalvas e  
251 explicações e do bloco de projetos do SGD financiados com o dinheiro do fundo  
252 nacional da infância foram colocados em votação. O bloco do projeto SGD foi  
253 aprovado. A questão da consulta em relação ao MDS, o plenário acordou assumir os  
254 prós e os contras junto ao MDS no levantamento de pesquisa até fim de dezembro  
255 para tomar providências. Explicou que nesse processo, a secretária do MDS disse que  
256 bancaria o projeto se o CONANDA bancasse junto. Aprovado. A **presidente** em  
257 exercício disse que a questão das demandas da CPI da Criança Desaparecida já  
258 estava contemplada. Quanto às informações sobre monitoramento, sugeriu realizar o  
259 debate com mais propriedade em outro momento. Quanto a resolução foi informado  
260 que o texto aprovado chegaria no dia seguinte à SPDAC. Foi explicado que a resolução  
261 chegava aprovada mas que permitia sugestões. Detalhou o trâmite percorrido até  
262 aquele momento. A **presidente** solicitou à secretaria-executiva que repassasse o  
263 documento a todos os conselheiros, logo que o mesmo chegasse. Comissão de  
264 Mobilização e Informação - Com a palavra a conselheira **Aracélia Lúcia** informou que  
265 dos cinquenta e quatro artigos da Resolução, quarenta já haviam sido analisados e  
266 votados, faltava catorze artigos a serem discutidos. Indagou sobre qual seria o  
267 encaminhamento da plenária. Passou-se para discussão. Foi discutida a possibilidade  
268 de realizar uma reunião extraordinária para discutir e aprovar a resolução nos dias  
269 quatro e cinco de dezembro ou concluir o assunto na assembléia do dia quinze e

270 dezesseis de dezembro. A preferência dos conselheiros era que a extraordinária  
271 acontecesse antes da Conferência, para poderem apresentar o projeto aprovado na  
272 ocasião. A conselheira **Miriam** sugeriu que a assembléia dos dias quinze e dezesseis  
273 fosse mantida para que o Conselho fizesse a avaliação da Conferência. Foi ponderado  
274 que a realização de uma reunião extraordinária às vésperas da Conferência, poderia  
275 prejudicar os encaminhamentos finais do evento, tendo em vista o volume de  
276 atividades que demandariam esforços imediatamente antes da Conferência. Foi  
277 sugerida a data do dia vinte e cinco de novembro, vez que a comissão da Conferência  
278 estaria em Brasília no dia vinte e quatro. A conselheira Júlia disse que não haveria  
279 problema nesse sentido. Foi sugerido que a reunião do dia quinze e dezesseis ficasse  
280 apenas para debater três temas: a avaliação da Conferência, a votação da Resolução e  
281 a definição dos delineamentos para dois mil e dez. Após discussão as proposta foram  
282 colocadas em votação. Foi aprovada a proposta de não haver extraordinária e a  
283 discussão dos itens restantes da resolução ser feita na reunião do dia quinze e  
284 dezesseis de dezembro. **Item VI - Encaminhamentos Finais** - Com a palavra a  
285 conselheira (**não identificada**) informou que o MDS publicaria em duas semanas uma  
286 resolução conjunta do CONANDA com o CNAS com as orientações técnicas para  
287 serviço de acolhimento. Disse que a resolução seria lançada na Conferência Nacional  
288 de Assistência Social e sugeriu lançar também na Conferência do CONANDA, se  
289 tivesse espaço. Outro informe foi sobre sua participação, representando o CONANDA,  
290 na reunião dos Conselhos das Autoridades Centrais de Adoção Internacional. Disse  
291 que houve uma discussão sobre a Lei da Adoção com duras críticas que causaram  
292 mal-estar entre os participantes. A conselheira **Júlia** informou sobre os andamentos no  
293 caso do Estado do Espírito Santo. Explicou sobre a criação de um grupo de trabalho,  
294 chamado de ato constitutivo, composto pelo Centro de apoio do Ministério Público,  
295 Ministério Público, Instituto de Atendimento Sócio-educativo, Poder Judiciário,  
296 Defensoria Pública, CRIADE e pelo CONANDA. Detalhou os encaminhamentos e os  
297 últimos acontecimentos referentes ao caso. O conselheiro **Andréa** destacou a  
298 necessidade de o Conselho atuar em todos os lugares do Brasil e registrou seu  
299 descontentamento com relação a não atuação do CONANDA diante de outras  
300 situações em outros estados. O conselheiro **Ariel** informou que no dia vinte e oito de  
301 novembro, em São Bernardo, haveria inauguração da Cidade dos Direitos da Criança e  
302 do Adolescente, com a presença do presidente Lula e provavelmente o ministro Paulo  
303 Vannuchi. Fez o convite para que o CONANDA enviasse um representante oficial. A  
304 conselheira **Ana Angélica** ressaltou que havia ligado para as instâncias superiores e

305 que estava apresentando formalmente o convite à presidência e a todos os  
306 conselheiros para a Conferência Nacional de Assistência Social. A conselheira  
307 **Carmem**, ao chegar da reunião com a Petrobras, detalhou a negociação para  
308 aprovação dos projetos. Explicou que a solicitação do CONANDA era de apoio na  
309 ordem de doze milhões, setecentos e setenta e quatro mil reais. Noticiou que o valor  
310 conquistado pelo CONANDA foi de seis milhões, oitocentos e dezesseis mil, setecentos  
311 e noventa e quatro reais. Explicou que havia a prática da Petrobras aprovar um valor e  
312 depois aumentá-lo posteriormente. Relatou sobre a diversidade e inovação de idéias  
313 nos projetos apresentados na reunião e que foram aprovados em diversas áreas.  
314 Comentou sobre os projetos necessários que foram vetados por falhas administrativas  
315 dos executores. Comentou também sobre as posições contrárias ao CONANDA por  
316 parte de algumas instituições. Abriu-se para debate. Na sequência, a **presidente**  
317 informou sobre o convite de uma atividade da Rede Bateduque que, inclusive, tem  
318 financiamento do CONANDA, para o primeiro Encontro Nacional de Direitos Humanos  
319 da Criança e do Adolescente entre os dias dois e quatro de dezembro, no Rio de  
320 Janeiro. Disse que estaria representando o CONANDA na mesa de abertura e que  
321 estava reservado para o Conselho um painel sobre a atuação dos operadores do  
322 sistema de garantia de direitos frente aos castigos físicos e humilhantes. Foi sugerido o  
323 nome da conselheira Rosiléia. A outra demanda, para uma mesa em março de dois mil  
324 e dez, o conselho sugeriu como tema da mesa: A Escola no Sistema Sócio-educativo.  
325 Como o evento ainda estava ainda longe, ficou acertado o nome da **presidente** na  
326 mesa até a definição do representante à época. Mas encaminhou que a SPCA fizesse  
327 uma proposição. Por fim, a presidente **Carmem** agradeceu a presença e a participação  
328 de todos. Não havendo nada mais a ser tratado a plenária foi encerrada.

329

330

331

**Carmen Silveira de Oliveira**

332

Presidente do CONANDA

333